

## DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. O Governo estadual, com escopo no art. 5º, alínea “i”, do Decreto-lei nº 3.365/1.941, editou decreto expropriatório (Decreto estadual nº 277/2006), por utilidade pública, de determinada área de terra, situada no perímetro urbano do município de Dourados (MS), com a finalidade de fomentar a industrialização na localidade, por intermédio da ampliação do parque industrial da empresa de produtos têxteis JEANS E MAIS LTDA., situada nas imediações da área expropriada. Não obstante a imissão provisória na posse do imóvel, o agente administrativo afirma, em declaração pública e escrita, a inexistência de projetos urbanísticos e estudos técnicos voltados à realização da obra no local, declarando, ao revés, que o objetivo da expropriação consiste em impedir o prosseguimento da edificação, levada a efeito pela proprietária da área, fundando-se apenas na pretensão de futura implantação de uma ponte a ser construída, possivelmente, atrás da área expropriada.

Eis o teor do art. 1º, do Decreto estadual nº 277, de 09.10.2006:

*“Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, nos termos do art. 5º, inciso I, do Decreto-lei nº 3.365/1.941, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, área de terra e benfeitorias necessárias para fins de criação ou ampliação de distrito industrial, em benefício da empresa de produtos têxteis JEANS E MAIS LTDA, em terreno localizado na zona urbana do município de Dourados (MS), de posse ou propriedade da sociedade VIVA MAIS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, com sede em Dourados (MS), inscrita no CNPJ sob o nº 000.111.2222/0001-33, abaixo discriminada”.*

- a) com base nessas informações, analise o decreto expropriatório acima discriminado sob os seguintes aspectos: elementos (requisitos) do ato administrativo, princípios administrativos correlatos e pressupostos legais da desapropriação, comentando-os e apontando as razões para a ilegalidade do ato; (1,00 ponto – máximo 20 linhas)
- b) acerca da situação posta, seria possível o Judiciário perquirir sobre critérios de oportunidade, necessidade e conveniência de o Governo estadual declarar a utilidade pública da área? (1,00 ponto – máximo 15 linhas)

2. A Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul realizou processo licitatório para a construção setorizada de escolas públicas, na modalidade “concorrência”, técnica e preço, incluindo desde o terreno que sediará o conjunto escolar até a edificação completa do estabelecimento. Posteriormente à contratação e no curso da execução do projeto pela empresa vencedora do certame, a Administração verificou a necessidade de maior número de unidades escolares para atendimento da crescente e repentina procura da população para as matrículas.

Por razões técnicas, constatou-se a impossibilidade de se acrescer novas unidades no projeto inicial, tornando-se imprescindível a ampliação do próprio objeto contratual, a fim de se viabilizar a construção de mais um conjunto escolar em área localizada nas proximidades da primeira unidade.

Questiona-se: no caso de aditamento do contrato inicial, para ampliação e alteração das próprias especificações do projeto (alterações qualitativas), de forma a adequá-lo tecnicamente às novas demandas, dadas as circunstâncias supervenientes e imprevisíveis, incidiria sobre a referida alteração contratual o limite previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93 [Art. 65 (...). §1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até

25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. Fundamente sua resposta. (1,00 ponto – máximo 10 linhas)

3/ A partir da análise das atribuições do Tribunal de Contas, sob a ótica do art. 70, da Constituição Federal, e demais dispositivos pertinentes, discorra sobre os temas abaixo:

a) apreciando a concessão de aposentadoria pela Administração Pública estadual, o Tribunal de Contas do Estado, sob a alegação de vislumbrar ilegalidades no ato, acabou por realizar inovações no título jurídico submetido à sua apreciação e, ainda, expediu “determinação” ao Executivo para que enquadrasse a aposentadoria nos critérios que a decisão daquela Corte estipulava. Na qualidade de Procurador do Estado, o administrador público consulta-o acerca dos efeitos e da legalidade dessa inovação no próprio ato de aposentação e da “determinação” do Tribunal de Contas para ajuste dos cálculos que dão conta da verba a ser paga ao servidor aposentado. Analisando o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência sobre o tema, indique quais matérias jurídicas devem ser alegadas na manifestação solicitada à Procuradoria-Geral do Estado. (1,00 ponto – máximo 20 linhas) 0,8

b) É possível afirmar que além das atividades consultiva, sancionatória e de julgamento, tem o Tribunal de Contas competência para realizar controle prévio sobre licitação pública, como, por exemplo, determinar a paralisação do certame e examinar o instrumento convocatório que afronte a lei? Fundamente. (1,00 ponto – máximo 10 linhas) 0,5  
2,0

4. No âmbito da Administração Pública, qual a eficácia fático-jurídica produzida pelo silêncio administrativo? (1,50 ponto – máximo 10 linhas) 1,0

5. Delegado de Polícia lotado na Delegacia Regional de Dourados (MS) é designado para atuar, concomitantemente, na Delegacia de Rio Brillante (MS), distante cerca de 70 (setenta) Km da Delegacia de Dourados (MS), fazendo jus, por consequência, à percepção de “~~gratificação de substituição~~” respectiva. Considerando a impossibilidade da Administração Pública de realizar concurso público para preenchimento de cargos de Delegado de Polícia, referida designação se perze por um período de 5 (cinco) anos.

O Delegado de Polícia em questão, sob o argumento de ocorrência de direito adquirido, postula, administrativamente, a incorporação dos valores percebidos a título de “gratificação de substituição” à sua remuneração. Submetido o pleito à análise da Procuradoria-Geral do Estado, como você, na condição de Procurador do Estado, solucionaria a questão? (1,50 pontos – máximo 18 linhas) 1,0  
1,0

6. O artigo 8º, inciso XVI da Lei Complementar nº 95, de 26/12/01 preconiza ser competência funcional do Procurador-Geral do Estado “a aprovação dos pareceres emitidos pelos Procuradores do Estado (...)”. Diante disso, pergunta-se: qual a natureza jurídica do expediente emitido pelo Procurador-Geral do Estado que aprova os pareceres emitidos pelos Procuradores do Estado? (2,00 pontos – máximo 10 linhas)

- 2,00

- 1,00

- 3,00